

***Leia a íntegra da matéria do evento que debateu o reajuste dos planos de saúde***



## 2º Encontro de Comunicação da Saúde Suplementar debate os fatores que levam ao reajuste dos planos

O evento reuniu profissionais de comunicação, diretores das empresas associadas à FenaSaúde e jornalistas especializados

A questão do reajuste dos planos de saúde e a dificuldade em transmitir à sociedade os reais fatores que determinam os índices de aumento foram o foco das discussões no “2º Encontro de Comunicação da Saúde Suplementar”, realizado pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), no dia 18 de abril, em São Paulo.

Com uma plateia formada por profissionais de comunicação, diretores das empresas associadas à FenaSaúde e jornalistas especializados e renomados, o encontro teve como finalidade dar mais transparência às discussões em torno do reajuste, calculado a partir da variação dos custos médicos e hospitalares. O índice é divulgado anualmente, geralmente no mês de maio, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Na abertura do evento, o presidente da Comissão de Comunicação da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima, reconheceu que o tema do reajuste dos planos é “ácido”, porque o índice normalmente atinge a casa dos dois dígitos, enquanto a inflação oficial da economia fica bem abaixo disso – próximo a 3% atualmente. De acordo com ele, esse gap não acontece só no Brasil, mas em

todos os países. Por isso, afirmou, a sociedade “cobra uma satisfação”, e o objetivo do Encontro era esclarecer e debater com os jornalistas o entendimento sobre o assunto.

O presidente substituto da ANS, Leandro Fonseca, disse que a Saúde Suplementar é um setor fundamental para a economia do país. O grande desafio da saúde, segundo ele, é o financiamento dos produtos, sejam públicos ou privados. Fonseca lembrou que o índice de reajuste dos planos está em dois dígitos há muitos anos e que é preciso ampliar o debate sobre como tornar o acesso à saúde sustentável e adequado, arrefecendo os custos do setor.

Em sua palestra, o diretor-executivo da FenaSaúde, José Cechin, explicou que a inflação oficial da economia resulta da variação de preços de uma cesta de produtos definida pelo IBGE, para diferentes cestas de bens e serviços, ao passo que no reajuste dos planos de saúde levam-se em conta tanto os aumentos dos custos médico-hospitalares quanto a frequência dos procedimentos, isto é, a quantidade por beneficiário, tais como exames, consultas e internações. Entre os

custos médico-hospitalares figuram novas tecnologias, a ampliação do rol mínimo obrigatório de procedimentos e os materiais especiais. Outro fator que pressiona os custos do setor são as demandas por liminares judiciais. Para Cechin, o modelo perfeito de reajuste, se existisse e fosse encontrado, continuaria produzindo índices altos de reajuste se não se alterarem os propulsores de despesas.

Por sua vez, o superintendente executivo do Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS), Luiz Augusto Carneiro, apresentou uma pesquisa inédita sobre a variação dos custos médico-hospitalares (VCMH) no Brasil e no mundo. Segundo o estudo, que analisou os dados de três das principais consultorias que apuram o comportamento do setor (Aon Hewitt, Mercer e Willis Towers Watson), no Brasil a VCMH é, em média, 3,4 vezes a inflação geral, o que não representa uma anormalidade, já que outros países têm média superior a isso, como Canadá, China e EUA. A maior variação no Brasil, de acordo com ele, está vindo das despesas com internação médica. “Metade das despesas se deve a internações”, disse.

Fonte: CNseg, em 07.06.2018.